

Evento: XX Jornada de Extensão - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

AUDITORIA OPERACIONAL NO ATIVO IMOBILIZADO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS¹

OPERASIONELE OUDIT IN DIE VASTE BATES VAN NIEWINGEWENDE

**Ana Carolina Pellegrim Gianluppi², André Luis Fagundes³, Lauri Basso⁴,
Thaís Teixeira Pinto⁵, Marcelo Luis Didone⁶**

¹ ASSESSORIA DE GESTÃO SOCIAL EM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

² Bolsista PIBEX, aluna do curso de Ciências Contábeis da Unijui.

³ Egresso do curso de Ciências Contábeis

⁴ Professor do curso de Ciências Contábeis

⁵ Analista de Laboratório de Contabilidade

⁶ Professor do Curso de Ciências Contábeis

INTRODUÇÃO

A Contabilidade como área do conhecimento humano constitui-se de várias ramificações e abordagens, sendo que as principais são a contabilidade comercial, a industrial, a pública, agropecuária, de entidades sem fins lucrativos além da perícia contábil e a auditoria contábil.

Iudicibus (2000) entende que a finalidade da contabilidade é municiar os usuários de informações através da disponibilização de demonstrativos contábeis e financeiros, constituindo-se como elementos úteis que os ajudarão a tomar decisões mais confiáveis.

Conforme destaca Franco (1997), o objetivo da contabilidade é controlar e interpretar os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, com a finalidade de fornecer informações sobre a composição do patrimônio e suas variações. Uma das várias atividades que são contempladas pela Contabilidade é a auditoria que tem o objetivo de controlar e identificar nos procedimentos e controles internos, eventuais erros e fraudes.

Basso, Vieira e Brizolla (2016) evidenciam que a auditoria consiste em um método que realiza exame dos documentos e procedimentos das organizações, que visa averiguar os elementos patrimoniais e a fidelidade e fidedignidade dos processos e demonstrativos, apontando eventuais erros e fraudes e oferecendo melhorias aos processos internos de controle.

Da mesma forma que as empresas mercantis, as entidades sem fins lucrativos também necessitam da atuação da auditoria para avaliação de seus procedimentos internos, e de prevenção contra fraudes e erros. As entidades sem fins lucrativos na maioria das vezes são constituídas para satisfazer necessidades de pessoas de um determinado setor ou de grupos específicos da sociedade.

Conforme Paes (2003), as associações sem fins lucrativos são caracterizadas como a congregação de certo número de pessoas que se colocam para o fornecimento de atividades e conhecimento comum em prol de um mesmo ideal sem o intuito de gerar lucros, e por essa razão, o controle deve ser transparente e as informações econômicas devem ser passadas com clareza a todos os membros.

Tendo a auditoria vários campos de atuação, este estudo teve como intuito realizar uma atividade na área de auditoria operacional do Ativo imobilizado em uma entidade sem fins lucrativos, ou

Evento: XX Jornada de Extensão - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

seja, que não visa lucro. Na percepção de Gil (2000) a auditoria operacional tem o objetivo de avaliar o nível de operacionalização das unidades da entidade, verificando o cumprimento das normas operacionais e estimulando a qualidade organizacional, contribuindo dessa forma com a otimização da sua atuação.

A auditoria operacional é importante para transparecer a todos os associados da entidade como a diretoria da organização está conduzindo seus atos e seus resultados, visando diminuir riscos e aumentar a confiabilidade da organização perante seus associados bem como à sociedade em geral.

Identificou-se inicialmente como problema de pesquisa a necessidade de avaliar a composição e estrutura do ativo imobilizado da organização sem fins lucrativos, cujos serviços de contabilidade são realizados no laboratório de gestão e negócios da Unijui, e verificar se os registros são consistentes, em termos legais e operacionais exigidos pela legislação e a normatização interna.

A auditoria operacional realizada nesse trabalho teve como objetivo avaliar a gestão patrimonial de uma organização sem fins lucrativos a partir da realização de uma auditoria no ativo imobilizado no período de janeiro de 2013 a junho de 2018, buscando também gerar transparência para todos os seus associados, bem como aos demais interessados nas suas ações e atividades.

METODOLOGIA

O projeto de extensão Gestão Social e Cidadania justifica-se pela crescente demanda que os diferentes setores da sociedade têm em relação ao cumprimento de seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Na sociedade contemporânea, complexa e dinâmica, brota um crescente anseio por transparência nas relações sociais, políticas, culturais e econômicas, em especial no que tange à esfera pública do poder.

Ao mesmo tempo, evidencia-se em entidades da sociedade civil certa carência na estruturação e manutenção de canais alternativos de socialização, que possibilitem a troca permanente e sistemática de informações sobre ações decorrentes de políticas públicas, da participação social, do comprometimento para com a perspectiva cidadã, do exercício do poder público e da geração de emprego e renda.

O projeto Gestão Social e Cidadania, por meio de seus subprojetos e instrumentos de ação, se propõe a atuar como mediador neste campo entre a sociedade civil e os poderes constituídos, levando a ambos os polos a oportunidade de interagir e dialogar a respeito de suas necessidades, diferenças e potencialidades, bem como de oportunidades de geração de trabalho e renda e inclusão social.

O subprojeto GSC: Assessoria de Gestão Social e em Entidades Sem Fins Lucrativos contempla o desenvolvimento de assessoria para a gestão, capacitação e apoio técnico-científico e de ações em serviços de contabilidade dirigido para Entidades Sem Fins Lucrativos, incluindo associações, cooperativas e empreendimentos da economia solidária e está relacionado diretamente ao programa institucional de extensão Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade.

A entidade objeto do estudo está localizada no município de Ijuí, e tem como finalidade principal promover a Integração Social, Esportiva, Recreativa e Cultural entre seus associados, não visando lucros, sendo uma das entidades assistidas pelo subprojeto GSC Assessoria de Gestão Social e em Entidades Sem Fins Lucrativos.

A associação é administrada por uma diretoria composta pelo presidente, vice - presidente,

Evento: XX Jornada de Extensão - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro. Além disso, possui Conselho Fiscal que é composto por três representantes titulares e dois suplentes com a função de fiscalizar as atividades da entidade e analisar os demonstrativos contábeis apresentados. Possui também Conselho Deliberativo que é composto por quatro membros efetivos e por dois suplentes. Cabe a este conselho promover alterações nas normas internas além de definir a taxa mensal de contribuição dos associados.

De acordo com Gil (2010) a pesquisa foi tipificada como aplicada, pois se buscou gerar conhecimentos a partir de problemas já existentes. Beuren et al., (2004) comenta que uma pesquisa possui três categorias: quanto aos objetivos; quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Essa pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva, pois buscou identificar, relatar, comparar e descrever as informações analisadas em relação ao imobilizado da entidade auditada. Quanto aos procedimentos (BEUREN et al. 2004) é um estudo de caso concentrado em um único caso. Já Silva (2003) comenta que o estudo de caso é um estudo que analisa de forma profunda poucos fatos.

É uma pesquisa bibliográfica, pois utiliza o material já publicado para a busca de dados (BEUREN et al. 2004, p. 86). É também pesquisa documental, que conforme Gil (2010, p. 30) “[...] vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamentos, autorizações, comunicações etc”.

Observa-se então que quanto aos procedimentos e a forma conduzida, a pesquisa, se apoiou em pesquisas bibliográfica, documental e estudo de caso, pois foi um estudo que abrangeu material já elaborado, nos registros contábeis bem como de planilhas de controle dos bens.

Ainda de acordo com Beuren et al., (2004, p. 92) é uma pesquisa qualitativa, pois foram realizadas análises profundas em relação ao fenômeno estudado, especialmente dos registros da contabilidade e dos bens levantados junto a entidade.

O trabalho de auditoria foi realizado com o grupo de contas do ativo não circulante que é composto pelas contas que não se realizam em recursos financeiros no prazo de um ano, conforme destaca Lins (2012) sendo elas distribuídas nos grupos do realizável no longo prazo, dos investimentos, do imobilizado e do intangível.

Almeida (2003) elucida que são classificadas no grupo do ativo imobilizado as contas de bens e direitos que se destinam a manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade. Conforme Basso, Vieira e Brizolla (2016, p. 274) o objetivo principal da auditoria do ativo imobilizado da entidade é “[...] constatar a existência física e as condições de funcionamento e uso de seus componentes. Nesse sentido, o programa de auditoria deve orientar seus procedimentos de verificação para atender a tais objetivos”.

Souza e Pereira (2004) comentam que o objetivo da auditoria do imobilizado é comprovar a existência do bem fisicamente e se seu respectivo registro na contabilidade da entidade está de acordo com as normas e princípios da contabilidade além de analisar se as respectivas deduções às contas do ativo imobilizado foram feitas de forma adequada e conforme a legislação vigente determina.

Lins (2012, p. 161) define o Ativo imobilizado “como sendo um bem tangível que se destina à manutenção da atividade operacional e administrativa da empresa e que se espera possa ser

Evento: XX Jornada de Extensão - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

utilizado por mais de um período”.

Na percepção de Sá (2000, p. 378) “São imobilizações de natureza material, compostas por máquinas, ferramentas, utensílios, móveis de utilização industrial, móveis de utilização dos escritórios, veículos, equipamentos gerais, semoventes etc”.

Basso, Vieira e Brizolla (2016, p. 273) comentam sobre a auditoria do ativo imobilizado que “[...] não oferece muitas dificuldades ao auditor tendo em vista sua baixa movimentação. No que respeita à aquisição de bens móveis, o auditor pode basear-se nos procedimentos aplicados, por exemplo, na verificação dos estoques e das compras”. Destacam ainda que “[...] Um dos elementos que ajudam o auditor no exame do imobilizado é a existência de fichas de controle patrimonial dos bens imobilizados, especialmente os móveis, com sua completa identificação e origem”.

O grupo do ativo imobilizado da entidade auditada é composto das contas de móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de processamento de dados, construções e como conta dedutiva as depreciações.

Os móveis e utensílios são os bens que a entidade possui que lhe dão suporte para sua operacionalização, tais como cadeiras, mesas, armários, bancadas, e utensílios em geral usados em seu expediente.

A conta de Máquinas e equipamentos, outro grupo pertencente ao ativo imobilizado é composta pelos bens que as entidades utilizam como meio para alcance do seu objetivo e envolve instrumentos que auxiliam a entidade a gerar produtos ou serviços para a operacionalização e alcance de seus objetivos.

Outro componente do ativo imobilizado das entidades são os equipamentos de processamento de dados, nesse grupo são apresentadas as máquinas que auxiliam a entidade tanto na sua operacionalização como na sua gestão, são componentes desse grupo os computadores, softwares, controladores e distribuidores de rede, nobreaks entre outros equipamentos. Consiste em uma série de atividades ordenadamente realizadas, objetivando produzir determinadas informações a partir de outras obtidas inicialmente.

Construções são os bens físicos das entidades e que possuem a característica de edificações, ou seja, são prédios, casas, edifícios entre outros. São os bens que apresentam maior valor, na maioria das entidades, pois possuem um valor de mercado considerado elevado.

Como valor a deduzir do valor das contas onde estão registrados os valores do imobilizado consta as contas de depreciação, definida por Basso, Brizolla e Filipin (2017, p. 272) como sendo “[...] a perda de valor dos direitos que tem por objeto bens físicos, sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência”.

Almeida (2003, p. 298) destaca que “Para efetuar os cálculos das depreciações, o Contador trabalha com duas variáveis, sendo uma o período de vida útil e a outra a forma de alocar o valor do bem nos exercícios contábeis”.

A principal finalidade dos exames das contas que integram o Ativo Imobilizado é confrontar os saldos existentes na contabilidade com a existência efetiva constatada em levantamento físico e posteriormente com o valor de aquisição, identificando assim os bens da entidade e comprovando os valores contabilizados.

Desta maneira, a auditoria operacional deste grupo inicialmente realizou a contagem física para averiguar possíveis bens que não mais estão em posse da entidade, mas que continuam

Evento: XX Jornada de Extensão - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

registrados na contabilidade e nos demonstrativos contábeis e identificar eventuais bens superavaliados no registro contábil. Os processos utilizados para a auditoria destes componentes foram a contagem física e a análise dos documentos referentes aos seus registros na contabilidade buscando evidenciar alguma irregularidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos registros contábeis das contas do ativo imobilizado referente ao período de janeiro de 2013 a junho de 2018, identificaram-se algumas irregularidades nos registros. Na conta Máquinas e Equipamentos o telefone Intelbrás sem fio e o Relógio data-print que estão registrados em máquinas e equipamentos, fazem parte da categoria de móveis e utensílios. A impressora HP deskjet 1516 que está relacionada nesta rubrica, faz parte do grupo equipamentos de informática. Os demais itens não apresentam irregularidades.

Na conta Equipamentos de Informática, após a verificação dos bens registrados em comparação aos bens que estão em utilização pela entidade, observou-se que não apresentou irregularidade, sendo que todos os bens relacionados nesta rubrica se encontram em uso pela entidade.

Na conta de Máquinas e Equipamentos, após a verificação dos bens registrados em comparação com os bens que estão em utilização pela entidade, observou-se que ocorreram irregularidades, sendo que os bens Pulverizador Macrotop 20 L, Lavadora Stihl Rel e Pulverizador Stihl SR 420 que estão registrados na conta contábil de máquinas e equipamentos não estão mais em uso pela entidade. Os demais bens analisados não apresentam irregularidades.

Na conta de Móveis e Utensílios, após a análise dos registros contábeis observou-se que ocorreram irregularidades nos registros, sendo que os bens Aéreo, Rádio, Ventilador e Telefone sem fio relacionados nesta rubrica não se encontram mais em uso pela entidade. Os demais bens não apresentam irregularidades.

Recomenda-se que a entidade realize a baixa dos bens identificados e que não estão mais em uso para que os mesmos sejam retirados da contabilidade, pois os bens aumentam o patrimônio da entidade, gerando dessa forma informações incorretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de auditoria operacional executado no ativo imobilizado da Entidade Sem Fins Lucrativos, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2018, possibilitaram a identificação de algumas irregularidades e divergências nos controles internos.

A auditoria foi realizada como forma preventiva e corretiva, com o objetivo principal de gerar informações e auxiliar os responsáveis da entidade a aprimorarem seus controles internos, além de prevenir possíveis penalidades impostas em possíveis auditorias externas.

Aconselha-se que sejam tomadas as devidas providências para a correção das irregularidades apontadas, e que sejam atendidas as recomendações de melhoria para aprimoramento dos controles internos, e sempre seguindo a legislação vigente.

Espera-se que com a execução da auditoria tenha-se alcançado as expectativas da entidade, servindo como um instrumento preventivo possibilitando corrigir as irregularidades existentes, bem como, auxiliar na correta execução dos processos do setor auditado.